

PODER

Frentes comemoram aprovação de projeto

Grupos que defendem interesses setoriais na Câmara aglutinaram os votos do Centrão e da oposição a favor do PL que flexibiliza o licenciamento ambiental

» DANANDRA ROCHA
» EDUARDA ESPOSITO
» WAL LIMA
» ISRAEL MEDEIROS

A sessão da Câmara que aprovou o projeto de lei Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que flexibiliza as concessões para obras e empreendimentos, foi longa e tumultuada. Mas a aprovação da matéria estava sacramentada antes mesmo da contagem dos votos. Apoiada em peso por três frentes parlamentares — a Parlamentar da Agropecuária (FPA), a Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) e a do Livre Mercado —, conseguiram galvanizar a maioria dos votos, sobretudo entre as legendas do Centrão. Além disso, a movimentação do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), pela aprovação do projeto de lei, foi um importante fator para que o texto que voltou do Senado fosse mantido.

Dos placar de 267 x 116 e entre os partidos que apoiaram a matéria, o PL foi o que mais entregou: 74 integrantes da bancada apoiaram o texto. Já no PP, houve 36 votos favoráveis, seguido do União — 40 pela mudança na lei — e do Republicanos, com 30. A unanimidade contrária do PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi rompi-da pelo apoio de Arlindo Chinaglia (SP) à proposta, enquanto no PSB, do vice-presidente Geraldo Alckmin, o projeto recebeu os votos a favor de Duarte Jr. (MA) e Guilherme Uchoa (PE).

A aprovação do texto foi comemorada como mais uma vitória sobre o governo, que não teve forças para resistir. Para o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR), a aprovação do novo texto é “histórica”: “Mais uma vitória im-portante — não apenas da FPA, mas do Brasil. A racionalização do siste-ma de licenciamento é essencial pa- ra destravar o desenvolvimento, gerar empregos e atrair investimentos, sem prejuízo à proteção ambiental”, afirmou. O vice-presidente da Fren-te da Agropecuária, Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), disse que o impac-to será diretamente na vida dos bra-sileiros. “Fizemos história com mais uma conquista para o setor”, exultou.

O relator do texto na Câmara, de-putado Zé Vitor (PL-MG), também coordenador político da FPA, desta-cou a busca por regras “claras e ob-jetivas”. Segundo ele, “o amplo de-bate com todos os setores envolvi-dos proporcionou um diálogo cons-trutivo e um texto equilibrado, vol-tado ao desenvolvimento susten-tável. O Brasil, certamente, colherá os frutos dessa conquista”, disse.

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Presidente da Frente da Agropecuária, Pedro Lupion considerou “histórica” a vitória por ampla maioria

Como votou cada partido

Sim — votos a favor do PL
Não — votos contra o PL

Oposição

PL (75 sim), Novo (quatro sim)

Governistas

PCdoB (sete não), PSB (dois sim e seis não), PSol (12 não), PT (um sim e 57 não), PV (quatro não), Rede (um não)

Independentes

Avante (quatro sim e dois não), Cidadania (dois sim e um não), PDT (seis sim e sete não), Podemos (cinco sim e quatro não), PSDB (oito não), Solidariedade (um não)

Centrão

MDB (26 sim e dois não), PP (35 sim quatro não), PRD (três sim), PSD (25 sim e seis não), Republicanos (30 sim), União (40 sim e quatro não)

e reconhece a urgência de des-travar projetos estruturantes e impulsionar a atividade econô-mica em todo o país”.

Já o deputado Joaquim Passa-rinho (PL-PA), presidente da FPE, minimizou os riscos apontados por ambientalistas. Segundo ele, “o Congresso fez o certo ao aprovar a proposta. Não alteramos nenhu-ma legislação ambiental. Apenas agilizamos procedimentos, espe-cialmente para atividades de bai-xo impacto”. Na mesma direção foi o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS): “Lei que não se mo-derniza, degrada o meio ambien-te. Desenvolvimento econômico e proteção ambiental estão presen-tes no texto. Não podemos mais atrasar o país”, observou.

O mesmo argumento de defesa do PL foi usado pelo deputado Al-ceu Moreira (MDB-RS): “Moderni-zamos a legislação sem abrir mão da responsabilidade ambiental. O Brasil precisa crescer, gerar empre-gos e atrair investimentos — e isso só é possível com regras claras e se-gurança jurídica”, afirmou.

“Mãe das boiadas”

Em relação aos partidos que apoiam o governo, restou apenas a crítica ao PL e aos parlamenta-res que votaram favoravelmente. O PSol chamou o projeto de “um gra-ve retrocesso” e “mãe de todas as boiadas”. Aponta, ainda, que a nova legislação desmonta a base norma-tiva do licenciamento ambiental.

Além disso, segundo integrantes do partido, abre brechas para a dispensa de licenças em uma sé-rie de atividades, especialmente as agropecuárias. Para a legenda, as emendas do Senado incluídas pio-raram ainda mais o texto.

Em nota, a bancada do PSB na Câmara criticou o que chamou de retrocessos “ambientais, jurídicos e sociais severos”. A legenda de-fendeu que modernizar o licencia-mento não pode significar flexibili-zar indiscriminadamente. “O tex-to aprovado enfraquece a proteção ambiental e aumenta os riscos para a sociedade”, alertou.

O Partido Verde (PV) também repudiou a aprovação e anunciou que irá pressionar pelo veto do presidente Lula, além de acionar o Judiciário. “Foi aprovado o maior retrocesso ambiental em 40 anos. Agora, a destruição tem carta bran-ca. Mas a luta não acabou”, afirmou o partido em publicação nas redes.

Da mesma forma, o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), adiantou que a matéria tem tudo para se tornar mais um contencioso a ser decidido, depois do recesso parlamentar, pelo Supremo Tribunal Federal.

A Confederação Nacional da Indústria estima que há mais de 27 mil normas relacionadas ao li-cenciamento ambiental — cená-rio que, segundo ela, gera insegu-rança jurídica, afasta investidores e encarece obras. Para a entidade, o PL unifica regras e acelera proje-tos estratégicos, como a Transnor-destina, parada há anos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Trump ("o mundo sou eu") inaugura a era do imperialismo digital

Eric Hobsbawm (1917-2012), em sua célebre quadrilogia — *A Era das Revoluções*, *A Era do Capital*, *A Era dos Impérios* e *A Era dos Extremos* — descreveu o capitalismo de sua gênese indus-trial ao colapso das ordens liberais e socialistas do século XX. Se o historiador britânico estivesse vivo, acrescentaria um quinto volume: “A Era Digital do Imperialismo”. Nela, as antigas dispu-tas por colônias e matérias-primas seriam substituídas pela lu-ta por dados, algoritmos e infraestrutura tecnológica, e os mo-nopólios industriais dariam lugar às big techs.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (“O mun-do sou eu”, parafraseando Luís XIV da França), de forma per-sonalista e imperial, encarna uma espécie de recidiva do im-perialismo no novo contexto digital: um nacionalismo prote-cionista que confronta aliados e rivais, do Canadá à Rússia, e busca subjugar os países emergentes. Neste cenário, a União Europeia tenta manter sua relevância com medidas regulató-rias, enquanto a China, ao transitar para a economia do conhe-cimento, ameaça verdadeiramente a hegemonia norte-ame-ricana no comércio global. Com um lugar cativo nas cadeias globais de valor como produtor de commodities de alimentos e minérios, o Brasil tenta se equilibrar no tabuleiro, para não perder a condição de economia industrial, da qual o principal mercado são os Estados Unidos.

O imperialismo descrito por Hobsbawm era a fase monopo-lista do capitalismo, dominada pelo capital financeiro e pela partilha do mundo, com a fusão entre monopólios e Estados nacionais para satisfazer a necessidade de incorporar novos mercados, num processo global de desenvolvimento, desigual e combinado entre as potências e as periferias. Agora, com seu Make America Great Again (em português: Torne a Amé-rica Grande Novamente), Trump sonha com o poderio do velho “imperialismo yankee” do século XX, ao transformar tarifas e sanções em armas de coerção.

Trump ameaça taxar as exportações brasileiras em 50%, pro-move investigações injustificadas sobre o sistema financeiro brasileiro e o comércio doméstico, como nos casos do Pix e do centro comercial paulistano da Rua 25 de Março, respectiva-mente. Como bem destacou a analista Lydia Polgreen, no *New York Times* de ontem, enquanto Trump usa intimidação e tari-fas, a China oferece infraestrutura e investimentos, como a fer-rovias bioceânica financiada por Pequim, conectando o Atlân-tico brasileiro ao Pacífico peruano. A União Europeia oferece normas e padrões com apelo democrático, para regulamen-tar a economia digital, mas tem pouco capital para investir em grandes obras e, por causa da França, não consegue concluir o acordo com o Mercosul.

O nosso lugar no mundo

O Brasil ocupa uma posição estratégica na disputa global. Lula explora essa condição, mantendo nosso histórico não ali-nhamento diplomático ativo, ao lado da África do Sul e da Índia, mas está sendo empurrado por Trump para os braços de Xi Jinping. A China é o principal exemplo de capitalismo de Estado com pretensões imperialistas na era digital: Huawei, Alibaba e Tencent funcionam como tentáculos do projeto na-cional. A Iniciativa do Cinturão e Rota Digital cria dependên-cia em 5G, satélites e logística. O Brasil, cujo maior parceiro comercial é a China, está em difícil situação para sustentar a equidistância, devido à agressividade de Trump e ao imobi-lismo da União Europeia. Os países periféricos são forçados a entrar na era digital de forma subordinada. Ou seja, adota-mos tecnologias chinesas e americanas sem construir uma base industrial-digital robusta.

Nos espelhamos na União Europeia, que aposta na chamada *Bruxelas Effect*, ou seja, em normas como o GDPR e a Lei dos Mercados Digitais para obrigar as big techs e empresas chine-sas a se adaptarem. Esse modelo intermediário é mais demo-crático, não é suficiente para competir em escala com inves-timentos chineses ou com o mercado americano. Em resumo, enquanto Trump representa a volta do imperialismo coerci-tivo, a China aposta no domínio tecnológico estatal e a UE no sistema regulatório. O Brasil segue sem um projeto próprio de soberania digital.

O xis da questão é a nova forma de acumulação de capital das big techs: controlam fluxos de informação e acumulam capital social, transformam rudes de confiança e reputação em lucro. Trump tenta assegurar a hegemonia dos EUA na era da econo-mia digital ao proteger suas empresas de tecnologia, confrontar concorrentes chineses (Huawei, TikTok) e pressionar aliados. No Brasil, Google, Meta e Amazon dominam a comunicação e o comércio digital. Sem regulação forte ou plataformas nacionais, o país se torna colônia de dados, dependente de algoritmos es-trangeiros e todo o seu capital social é expropriado.

Trump, ao atacar o Brasil e o Brics, perde a oportunidade de construir uma nova ordem multipolar cooperativa, como de-fenderam Barak Obama e Joe Biden. Empurra os países emer-gentes para a órbita chinesa. O Brics, apesar de frágil, simboliza a busca por autonomia e influência dos países em desenvolvi-mento num mundo multipolar. A Casa Branca não se dá conta de que, para muitos países, “o verdadeiro destruidor da ordem global são os Estados Unidos, não a China”, como lembrou Oli-ver Stuenkel, professor associado de Relações Internacionais na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, citado pela arti-culista do *New York Times*.

Ao contrário da narrativa da oposição ao seu governo, Lula se digladiava verbalmente com Trump, mas sua opção é negociar e não romper com Washington.

Deputados se estranham e quase brigam

Não bastassem as diferenças es-senciais entre oposicionistas e go-vernistas, o PL que flexibiliza o li-cenciamento ambiental teve, tam-bém, o condão de exaltar os âni-mos entre deputados das duas cor-rentes. Como aconteceu entre Cé-lia Xakriabá (PSol-MG) e Kim Ka-taguiuri (União-SP), que por pouco não entraram em luta física.

Eles começaram a se estranhar quando Kataguiuri criticou, na tri-buna, um suposto enriquecimento de tribos indígenas com compen-sações ambientais pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Mon-te, no Pará. Segundo o parlamen-tar, os nativos teriam recebido veí-culos, cabeças de gado e dinheiro.

A acusação irritou Xakriabá, in-dígena e que fez uma série de pro-nunciamentos enfáticos contra a aprovação do PL. Na réplica, a de-putada chamou Kataguiuri de “es-trangeiro” e “deputado reborn”. Nesse momento, deputados de oposição passaram a ridicularizá-la no corredor central do Plenário.

A tensão ocorreu quando Ka-taguiuri citou o cocar de penas de pavão, de forma jocosa, no micro-fone de aparte destinado à opo-sição, mas sem citá-la. Xakriabá

Reprodução/Redes sociais



Xakriabá teve de ser contida para não agredir Kataguiuri (sentado)

pediu direito de resposta, mas te-ve o som cortado porque extrapo-lou o tempo de fala. Mesmo assim, continuou a discursar e confron-tou o deputado no corredor. Nesse momento, o presidente da Câma-ra, Hugo Motta (Republicanos-PB), pediu o auxílio da Polícia Legisla-tiva para restabelecer a ordem.

Em nota, Kataguiuri disse que se sentiu ofendido com o termo

“estrangeiro” por ser descendente de japoneses. afirmou que a reação da deputada teve como único ob-jetivo paralisar a discussão do PL.

“Isso não passa de vitimismo de quem quis se colocar como dona de uma discussão sobre licencia-mento ambiental e recebeu uma resposta atravessada em troca. A qual repito: pavão é animal asiá-tico e não tem ligação com tribos

brasileiras”, destacou.

Por sua vez, Xakriabá disse que pretende acionar tanto o Ministério Público Federal (MPF) para reportar crime de racismo, quanto o Conse-lho de Ética da Câmara para pedir punições ao deputado. “Foi um ra-cismo televisionado em flagrante, então tinha que ter parado ali. Era um racismo flagrante que tem todas as provas. Todas as pessoas preci-sam ser responsabilizadas”, afirmou.

Xakriabá nega que tenha usado o termo “estrangeiro” para se referir a Kataguiuri por sua ascendência asiá-tica. Ela disse considerar o deputa-do um estrangeiro por estar, em sua opinião, alheio à realidade dos po-vos indígenas. A deputada também afirmou que ele a chamou, em várias ocasiões, de “índia”, termo pejorativo para se referir a um indígena.

“Indígena significa aquele que é originário daquele lugar. Quan-do uma pessoa vem falar sobre nós, sobre uma pauta que desconhece, é estrangeiro. Nós, povos indíge-nas, somos considerados estran-geiros no nosso próprio território, mas é estranho a ele uma pauta que ele não tem nenhuma autori-dade para falar. Falou de maneira violenta”, acusou.